

9-12-945

Salários e custo da vida

I

A todo o aumento de salários corresponde necessariamente um aumento do custo da vida.

Eis um princípio sobre o qual muito pouco se tem raciocinado, embora se admita, sem mais discussões, a sua «incontestável» verdade.

De facto, se, em política, o que parece é, em economia teórica, muito mais.

Assim se argumenta com efeito: o salário constitui uma parte importante do custo da produção; se aumentarmos uma parte, aumentamos o todo; logo o custo das mercadorias aumenta na proporção do aumento dos salários. Logo—temos ouvido tanta vez concluir—a elevação dos salários não passa, de uma simpática ilusão com a qual todos perdem, incluindo os aparentemente beneficiados, que passam a receber mais, mas a pagar também mais caras as coisas necessárias à vida. E chega-se mesmo a afirmar, até por escrito, que o custo da vida sobe ainda mais do que subiram os próprios salários.

Raciocínio primário de quem re-duz a economia nacional ao livro-caixa de qualquer empresa particular.

Pondo de lado toda a argumentação simplista (por exemplo, de que, nesse caso, era sempre impossível qualquer elevação do nível de vida dum povo trabalhador), parece-nos que tais argumentos não resistem a cinco minutos de critica.

Reconhecemos que o salário constitui uma parte importante do custo da produção, e que um aumento do seu nível se reflecte immediatamente no livro-caixa da empresa.

Supunhamos, por exemplo, uma fábrica de calçado. Para fixar o custo da produção dos sapatos, computam-se as diferentes riquezas consumidas. Por outras palavras, toma-se nota das diferentes verbas despendidas: aluguer dos edificios da fábrica, juro ao capital, depreciação das máquinas, força motriz, matérias primas, transportes, despesas de administração, impostos, e, finalmente, salários. Dividindo o total pelas unidades produzidas, temos aproximadamente o custo de produção de cada unidade. El parte-se do princípio de que é sobre este custo que se fixam os preços. Daí se conclui terem os preços de aumentar sempre que aumenta no livro-caixa alguma das verbas que constituem o custo da produção.

Muito bem. Mas, em primeiro lugar, temos de anotar que os salários são uma parte e não o total do custo da produção. Se aumentarmos, portanto, vinte por cento na verba «salários», a soma do total não aumenta de mesmos vinte por cento. Pode aumentar dois, três ou seis por cento, uma vez que permanecem idênticas as restantes verbas. Logo a um aumento de vinte por cento nos salários nunca pode corresponder um aumento igual no custo de produção de um par de sapatos.

Supunhamos, porém, que os outros industriais aumentaram, por sua vez, os mesmos vinte por cento nos salários e que, portanto, a matéria prima, a força motriz, os transportes, etc., ficaram mais caros por causa desse aumento. Não subirá então para os mesmos vinte por cento o custo da produção?

Não se pode responder com exactidão senão para cada caso, porque a percentagem dos salários no custo da produção varia de mercadoria para mercadoria. Faltam-nos dados concretos para que possamos fazer um estudo rigoroso. Partindo, no entanto, da hipótese de que os salários entram no custo de produção por uma média de 30 %—e para muitas indústrias é muito menos—podemos concluir facilmente que não.

Com efeito, imaginemos que determinada quantidade de pares de sapatos tem o custo de produção de 1.000 contos. Calculemos, arbitrariamente, as outras despesas, pois para o caso pouco importa o valor de cada parcela.

Teremos, de salários, 30 % ou sejam 300 contos. Outras despesas (matéria prima, transportes, força motriz, etc.), 700 contos. Aumentando 20 % nos salários da produção daquela determinada quantidade, teremos, para salários, 360 contos, isto é, um aumento de 20 %.

Vejamos agora o que aconteceu com as outras verbas. Os 700 contos incluem todo o custo das respectivas produções. Partindo da mesma base de que naquelas indústrias que forneceram as matérias primas, a força motriz, etc., a verba salários figura na mesma proporção dos 30 %, tê-las-emos a pagar 210 contos de salários. Se aumentarmos 20 % nos salários, sobe esta verba mais 42 contos, isto é, o custo de produção passa a ser de 742 contos. O industrial de calçado vê assim aumentado o primitivo custo da sua produção de 1.000 contos para 1.102 contos, ou seja um aumento 10,2 %.

Assim, para um aumento geral de 20 % nos salários, correspondeu um aumento do custo da produção de 10,2 %.

Vejamos agora o caso de o mesmo ter acontecido aos outros industriais, isto é, que o aumento geral de salários implicou para eles um aumento idêntico de 10,2 % no custo da produção. O nosso industrial de calçado veria os seus 700 contos que pagou a quem forneceu edificio, matéria prima, força motriz, transportes, etc., aumentados, não para 742 contos, mas para 771 contos. O primitivo custo de produção passaria de 1.000 contos para 1.181 contos, (ou sejam mais 60 contos nos salários próprios e 71 contos no aumento do custo da produção alheia). Isto corresponde a um aumento de 13,3 %.

Em nenhuma hipótese, portanto, um aumento de salários justifica um aumento correspondente no custo da produção.

Será, porém, legítimo este raciocínio. Pelo menos, é tão legítimo como o outro oposto e, tem a vantagem de supor conhecimentos e estudo.

Mas em economia não pode raciocinar-se à maneira das ciências exactas. Lida-se com homens, movidos por mil e um sentimentos, cujo reflexo na vida social complica todos os cálculos.

Mas existem muitos outros argumentos que poderemos aduzir para destruir a noção errada de que a todo o aumento de salários corresponde um correlativo aumento do custo da produção.

E podíamos começar já por afirmar que não temos ideias exactas sobre o custo da produção nacional. Qual é? Como se determina? Como se pode diminuir? Porque a verdade é esta: um aperfeiçoamento da técnica, melhor divisão do trabalho, maior capacidade de produção dos operários podem contrabalançar perfeitamente qualquer aumento de salários, isto é, podem obstar a que o aumento de salários implique um aumento do custo da produção.

Por outro lado o custo da produção não está em relação matemática com os preços. Isso supunham os economistas clássicos. Hoje já se reconhece que essa afirmação contém apenas uma parcela de verdade.

ABEL VARZIM

Como supunhamos